

**DISCURSO DO PRESIDENTE DA AEP - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL, JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA DE BARROS, NA TOMADA DE POSSE DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA CIP 2014-2016, NO CENTRO DE CONGRESSOS DE LISBOA, NO DIA 10 DE ABRIL DE 2014**

Senhor VICE-PRIMEIRO-MINISTRO,  
Senhor MINISTRO DA SOLIDARIEDADE, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL  
Senhor MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
Senhores SECRETÁRIOS DE ESTADO (dos Assuntos Fiscais, dos Assuntos Europeus, da Economia e do Emprego)  
Senhores Deputados  
Senhora Representante do CES – Conselho Económico e Social.  
Senhores Presidentes e Representantes das Confederações Patronais e Associações Empresariais  
Senhores Representantes da UGT – União Geral dos Trabalhadores.  
Senhoras e Senhores Empresários,  
Senhor Presidente da CIP – Confederação Empresarial de Portugal

Caros Colegas,

A 7 de Janeiro de 2011, a CIP – Confederação Empresarial de Portugal elegia os seus órgãos sociais para o triénio 2011-2013, o primeiro da nova organização que, desde aquela data, agrega, além da antiga CIP – Confederação da Indústria Portuguesa, as áreas institucionais da AEP – Associação Empresarial de Portugal e da AIP - CCI – Associação Industrial Portuguesa.

Em declarações então prestadas à imprensa, o primeiro presidente eleito da nova Confederação, António Saraiva, afirmava que "... a CIP - Confederação Empresarial de Portugal é um projeto novo e ambicioso: novo, porque pioneiro na reorganização do associativismo empresarial, e ambicioso, porque representa e defende os interesses da iniciativa privada, da economia de mercado e das empresas."

Com efeito, a nova CIP – Confederação Empresarial de Portugal era o resultado de um projeto de base conjunto, promovido pela AEP – Associação Empresarial de Portugal, pela AIP – Associação Industrial Portuguesa e pela CIP – Confederação da Indústria Portuguesa, tendo em vista a criação e a manutenção de uma estrutura associativa patronal forte, homogénea e abrangente, para defender mais eficazmente os interesses das empresas portuguesas, ganhando escala e eficiência, através do aumento de competências e da economia de meios que aquela estrutura agregada iria proporcionar.

Com esta finalidade, os três promotores do projeto tinham feito as necessárias alterações estatutárias para que a AEP e a AIP reforçassem e enfatizassem as suas competências, enquanto Câmaras de Comércio e Indústria, de prestação de serviços às empresas suas associadas, e a CIP garantisse a sua transformação de Confederação da Indústria Portuguesa em Confederação Empresarial de Portugal, com um universo de representação transversal mais abrangente, resultante da filiação das próprias AEP e AIP, bem como da filiação na nova CIP – Confederação Empresarial de Portugal, de muitas das associações setoriais que eram filiadas naquelas.

Assim, e como se afirmava no Programa de Candidatura dos Órgãos Sociais às eleições de 2011, "... a CIP – Confederação Empresarial de Portugal nasce com uma representatividade acrescida face à da Confederação da Indústria Portuguesa, albergando no seu seio, de uma forma mais equilibrada, as entidades associativas sectoriais e regionais, bem como o universo das Câmaras de Comércio e Indústria, .... com uma representatividade acrescida, sendo no entanto prioritário vir a reforçá-la, tentando atrair o maior número possível de estruturas associativas empresariais representativas em Portugal."

Apenas quatro meses decorridos, a República Portuguesa assinava, a 17 de Maio, com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional um acordo, que viria a ser conhecido como o PAEF – Programa de Assistência Económica e Financeira, que previa a concessão de um empréstimo de 78 mil milhões de euros, por aquelas três instituições, através do Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira (MEEF), do Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEFF) e do próprio FMI, em partes iguais, de 26 mil milhões cada uma delas, que permitiu afastar o espectro de uma situação de bancarrota.

Este acordo, e os três pilares em que assentou toda a sua organização e funcionamento, a consolidação orçamental, a agenda de transformação estrutural e o reforço da estabilidade financeira, veio impor profundas transformações que afetaram fortemente as empresas portuguesas e que condicionaram completamente a atuação da Confederação Empresarial de Portugal, obrigando-a a recentrar-se nestas matérias e na minimização dos seus impactos nas empresas e na economia, e relegando para segundo plano a ambicionada caminhada na demanda de uma estrutura associativa patronal forte, indispensável perante os desafios com que hoje se deparam as empresas e os empresários portugueses, que deveria, e deverá, evoluir para uma estrutura única ou unificada, capaz de representar, a uma só voz, todo o patronato português.

Com efeito, tanto pelo lado da consolidação orçamental, que previa um ajustamento maioritariamente, de pelo menos 2/3, feito pelo lado da despesa, mas que se traduziu num fortíssimo agravamento da carga fiscal sobre as empresas, sobre as famílias e mesmo, indiretamente, sobre o consumo, como pela agenda da transformação estrutural, e seus efeitos nas reformas do mercado de trabalho ou da liberalização dos setores da energia, gás, transportes e telecomunicações, que se não traduziram, bem

pelo contrário, em vantagens para as nossas empresas, ou, finalmente, pelo lado do reforço da estabilidade financeira, com a conseqüente violenta e rápida desalavancagem do setor bancário e suas conseqüências para a concessão de crédito à economia privada.

Por todos estes aspetos, as empresas portuguesas viveram e vivem ainda momentos de grande dificuldade, apesar da resistência e da resiliência que muitas têm demonstrado, e que têm permitido, designadamente através da sua internacionalização, em particular do aumento das exportações, a recuperação económica que tem vindo a desenhar-se, alcançando a correção de alguns desequilíbrios estruturais, acumulados ao longo de muitos anos, sendo um dos mais expressivos a correção do desequilíbrio externo, onde apresentamos já uma capacidade de financiamento face ao exterior, traduzido num excedente das balanças corrente e de capital.

Em todo este processo a atuação da Confederação Empresarial de Portugal foi determinante, dialogando com o Governo e com a *troika*, reagindo a medidas ou propostas mais gravosas ou desadequadas, mas facilitando e garantindo, designadamente em sede da concertação social, em concurso com as outras confederações patronais e mesmo com o apoio das estruturas sindicais menos radicais, a necessária estabilidade social, indispensável na ordem interna para o correto funcionamento das empresas e do mercado e, na ordem externa, para o reforço da confiança e credibilidade dos mercados na recuperação da economia portuguesa, hoje bem visível na queda sustentada das taxas de juro que têm vindo a ser exigidas na transação ou colocação da nossa dívida soberana.

Tive, enquanto Presidente cessante da Mesa da Assembleia Geral da Confederação, a oportunidade de ir acompanhando o seu percurso, de dialogar com o Presidente sempre que para tal solicitado, e de perceber o enorme esforço feito em tão difícil conjuntura. Dificuldades que se estenderam à própria sustentabilidade financeira da Confederação, em resultado das muitas dificuldades também sentidas pelas associações suas filiadas, algumas das quais as de maior peso na quotização da CIP-CEP, que se viram obrigadas, em razão das suas próprias dificuldades, a reduzir também as suas contribuições para a Confederação Empresarial de Portugal.

E a CIP-CEP viu-se também forçada a reestruturar-se, e tem vindo a fazê-lo de forma sustentada, tendo já garantido, no último exercício, o equilíbrio da sua exploração e dos seus resultados.

E, assim, chegámos ao fim do primeiro mandato dos órgãos Sociais da Confederação Empresarial de Portugal, com uma sensação ambígua, de muito ter sido feito, mas de muito mais haver ainda por fazer. Este é o desafio que se apresenta ao Presidente, agora justamente reeleito pela unanimidade dos votos expressos em urna, como tive a honra e o prazer de poder verificar e atestar.

Os promotores deste projeto apoiaram e apoiam o seu atual Presidente, reeleito para o triénio de 2014-2016, esperando ser agora possível assumir claramente o objetivo de vir a concretizar um projeto de base conjunto, tendo em vista evoluir para a criação de uma estrutura associativa patronal una, forte e representativa.

Do mesmo modo, esperam também uma atitude ainda mais firme e intransigente na defesa dos interesses das empresas e da iniciativa privada, de modo a que aquelas possam gerar e libertar meios que permitam manter e reforçar o investimento, essencial para o seu desenvolvimento e para a sua internacionalização, e alcançar lucros que remunerem o esforço e o risco assumidos pelos seus sócios ou acionistas, ou que reforcem a sua imagem nos mercados de capitais e possibilitem o seu crescente financiamento por este meio, gerando e acrescentando valor para os investidores.

Sem questionar a responsabilidade social das empresas, que hoje, mais do que nunca, deverá ser plenamente exercida, só através do sucesso e dos resultados gerados as empresas poderão contribuir de forma determinante para a redução do desemprego, e é essa a forma que lhes cabe e o papel que lhes compete desempenhar na economia e no equilíbrio social.

Termino, agradecendo a todos, aos meus Colegas, da Mesa da Assembleia Geral, ao Presidente e à Direção da CIP-CEP, ao Presidente e aos membros do Conselho Fiscal e a todos os colaboradores da Confederação o apoio, o empenho, a simpatia e mesmo a amizade que sempre me manifestaram e que muito facilitaram o desempenho da nossa missão, de todas certamente a menos exigente.

Resta-me a consolação de não deixar a Confederação Empresarial de Portugal. Irei manter-me, agora como Vice-Presidente do Conselho Geral e da Direção, com o privilégio da companhia e o compromisso do apoio incondicional ao seu Presidente, e meu Amigo, António Saraiva.

Lisboa, 10 de Abril de 2014  
José António de Barros